


COMÉRCIO TRANS-IMPERIAL E MONARQUISMO NO RIO DA PRATA REVOLUCIONÁRIO: MONTEVIDÉU E A PROVÍNCIA CISPLATINA (1808-1822)

 *Fabricio Prado*^{1,2}

RESUMO

Devido a crise de legitimidade desencadeada pela invasão napoleônica da Espanha em 1808, diferentes projetos políticos surgiram nas colônias hispano-americanas. No Rio da Prata, enquanto Buenos Aires emergiu como um pólo revolucionário, a cidade portuária de Montevideú optou por projetos políticos monárquicos e monarquistas. Este artigo examina a relação entre o comércio trans-imperial e monarquismo no Rio da Prata, e especialmente em Montevideú. Os projetos monárquicos no Rio da Prata estavam intimamente associados à manutenção de redes de comércio trans-imperiais e à manutenção da ordem política e econômica do período colonial. O monarquismo representava a continuidade dos princípios legais do antigo regime, proporcionava segurança e estabilidade ao comércio trans-imperial e, acima de tudo, impedia as mudanças econômicas, políticas e sociais propostas pelos projetos revolucionários. Além disso, este trabalho contribui para os debates sobre os múltiplos significados de soberania e autonomia política durante a era das revoluções na América ibérica.

PALAVRAS-CHAVE

Comércio livre – Cisplatina – soberania.

1 William & Mary. Williamsburg – Virginia - Estados Unidos da América.

2 Associate Professor, história da América Latina e do Mundo Atlântico, autor de *Edge of Empire: Atlantic Networks and Revolution in Bourbon Rio de la Plata*, 2015; e de *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa*, 2002.

TRANSIMPERIAL COMMERCE AND MONARCHISM IN REVOLUTIONARY RIO DE LA PLATA: MONTEVIDEO AND THE CISPLATINE PROVINCE (1808-1822)

ABSTRACT

With the crisis of legitimacy triggered by Napoleon's invasion of the Iberian Peninsula in 1808, different reactions and political projects emerged in the Spanish American colonies. In Rio de la Plata, while Buenos Aires broke away from Spanish rule, the port city of Montevideo opted for royalist and monarchical political projects in opposition to Buenos Aires. This article examines the relationship between trans-imperial trade and monarchism in Rio de la Plata. Moreover, this piece contributes to debates on the multiple and contested meanings of sovereignty during the age of revolution in Iberian America. Monarchism in Rio de la Plata was intimately associated with the maintenance of trans-imperial networks of trade and the maintenance of the political and economic order of the colonial period. Monarchism represented the continuity of the old regime's legal principles, provided safety and stability for trade trans-imperial trade, and above all, prevented the economic, political, and social changes proposed by revolutionary projects.

KEYWORDS

Free trade – Cisplatin – sovereignty.

rente à crise de legitimidade desencadeada pela invasão napoleônica da Península Ibérica em 1808, diferentes projetos políticos emergiram nas colônias hispano-americanas. Historiadores da América Latina tendem a enfatizar diferentes motivos para a origem dos projetos revolucionários na América hispânica. Insatisfação com as reformas Bourbônicas, diferentes interesses econômicos regionais, faccionalismo entre elites, rivalidade peninsular versus *criollos* e, muitas vezes, a disposição das elites locais para estabelecer livre comércio são fatores frequentemente apontado como razões para o surgimento de projetos autonomistas e independentistas no início do século XIX.³ O livre comércio normalmente aparece nas histórias das guerras de independência da América hispânica como uma bandeira política revolucionária e republicana. Recentemente, novos estudos sobre as motivações e discursos políticos de grupos monarquistas e leais a Espanha durante o período das revoluções vêm demonstrando a diversidade de tipos sociais, projetos políticos, e diferentes motivações entre indivíduos que resistiram as independências na América Espanhola. Em Nova Granada, comunidades de libertos e grupos indígenas mantiveram-se leais a Espanha para garantir sua liberdade e acesso a terras e recursos, ao passo que ao Norte do Rio da Prata, comunidades indígenas também recusaram as bandeiras revolucionárias para manter acesso à terra e direitos comuns. Grupos subalternos, como escravos, libertos, e outro grupos populares muitas vezes viam com desconfiança as bandeiras e agendas revolucionárias das elites crioulas.⁴ A manutenção e estímulo ao

3 BETHEL, Leslie (ed.) *The Independence of Latin America* Cambridge University Press, 1987. FISHER, John. Commerce and Imperial Decline: Spanish Trade with Spanish America 1797-1820 *Journal of Latin American Studies* V. 30. 1998. P 459-479. LYNCH, John. *Latin American revolutions, 1808-1826 : Old and New World origins*. Norman : University of Oklahoma Press, 1994. KINSBRUNER, Jay *Independence in Spanish America* Albuquerque: U. New Mexico Press, 2000. Em menor grau: ELLIOT, J.H. *Empires of the Atlantic World*. New Haven: Yale University Press, 2006.

4 Para outros estudos sobre os diferentes significados de lealismo, realismo e monarquia ver: Dossier "Monarchy, Empire, and Popular Politics in the Atlantic Age of Revolutions" *Varia Historia* Belo Horizonte, vol. 35, n. 67, p. 15-35, jan/abr 2019; ECHEVERRI, Marcela "Popular Royalists, Empire

comércio internacional, entretanto, foi uma preocupação central das elites comerciais e políticas coloniais no início do período que se caracterizaria como a Era das Independências (1810-1828). No Rio da Prata, tanto os projetos políticos revolucionários centrados em Buenos Aires quanto o projeto federalista Artiguista combinavam ideais republicanos e de livre comércio. Montevideo, entretanto, tornou-se o mais importante bastião lealista e monarquista no Atlântico-sul espanhol. Para as elites de Montevideu, o projeto monarquista estava intimamente conectado a manutenção e ao controle das redes de comércio trans-Atlântico vinculadas ao Brasil e outros mercados do Atlântico Norte.

Este artigo apresenta uma análise mais detalhada da evolução comercial e política de Montevideu durante o período entre 1810 e 1822, ressaltando a relação entre a manutenção de redes de comércio trans-imperial controladas pelas elites políticas coloniais e os projetos políticos monárquicos durante a década de 1810.⁵ Historiadores

and Politics in Southwestern New Granada” *Hispanic American Historical Review* 2011 Volume 91, Number 2: pp237-269. Para o norte da atual Argentina ver: PAZ, Gustavo “Guerra y patria en el norte rioplatense: Jujuy en 1812” *Humanidades: revista de la Universidad de Montevideo* XIII (2012) pp 71-96; Para participação revolucionária de setores populares urbanos: DIMEGLIO, Gabriel. *Viva el Bajo Pueblo!* Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006; FRADKIN, Raúl, DIMEGLIO, Gabriel. *Hacer política: la participación popular en el siglo XIX rioplatense*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013. Para uma análise das identidades políticas revolucionárias e monarquistas ver: PIMENTA, João Paulo “Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano” *Almanack Brasiliense* No. 3 (2006) p69-80. Para considerações teóricas sobre questões de jurisdições, sobreanias: ADELMAN, Jeremy. *Sovereignty and Revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton: Princeton University Press, 2006. CARDIM, Pedro, HERZOG, Tamar, RUIZ IBÁÑEZ, José Javier, SABATINI, Gaetano. *Policentric Monarchies*. Sussex: Sussex Academic Press. 2012.

5 Os principais projetos monárquicos emergente no Rio de Prata foram o projeto Luso-Brasileiro e os projetos lealistas e realistas que intetarm a manutenção da monarquia hispânica, e posteriormente, já durante a Cisplatina, que postulavam a retomada esphanhola de Montevideo e da Banda Oriental. Para uma análise detalhada dos projetos monárquico hispânicos ver: FERREIRA, Pablo. *La guerra de independencia española, los ‘empecinados’ y el Montevideo leal, 1808-1814* *Pasado Abierto Revista del DEHis*, 4, Jul.-Dec., 2016. Pp 41-60. FREGA, Ana. *Alianzas y proyectos independentistas en los inicios del Estado Cisplatino*. IN: FREGA, Ana (ed.). *Historia Regional e Independencia del Uruguay*. Montevideo: EBO, 2009; PRADO, Fabrizio. *Edge of Empire: Atlantic Networks and Revolution in Bourbon Rio de la Plata*. Oakland: University of California Press, 2015.

do processo de independência política do Uruguai demonstraram convincentemente a importância dos interesses de setores rurais, da transformação dos ideais políticos de soberania, bem como da ativação de dos grupos populares de Montevideo como fatores definidores para o desenrolar dos movimentos revolucionários na Banda Oriental.⁶ Este artigo demonstra a importância da manutenção das redes de comércio trans-imperial influenciaram de fundamental ideais políticos como soberania, representatividade, e participação popular (ou tentativas de coibi-la) durante a era das revoluções na América Ibérica. A partir de 1810, em Montevideu, os projetos políticos e econômicos monarquistas (primeiramente lealdade a Espanha e Fernando VII, seguido das intervenções Luso-Brasileiras e da Cisplatina) estiveram intrinsecamente ligados a manutenção de redes de comércio trans-imperial estruturadas ainda no período colonial, e de instituições políticas de Antigo Regime (com a centralidade dos cabildos, e não centradas na participação popular direta).

Entre 1810 e 1814, Montevideu tornou-se o principal centro de defesa dos interesses da monarquia espanhola no Atlântico sul. Ainda baixo bandeira espanhola, importante segmentos das elites comerciais e políticas efetivamente mobilizaram setores populares em defesa dos ideais monárquicos espanhóis.⁷ Neste período, a cidade-porto não apenas manteve o controle sobre as redes de comércio trans-imperiais (legais e ilegais) com o Brasil, mas também aumentou seu volume de comércio com estrangeiros, incluindo comerciantes estadunidenses e britânicos.⁸ Depois de cair sob o controle de forças revolucionárias - primeiro de Buenos Aires em 1814, e depois de José Artigas em 1815 - tropas portuguesas ocuparam Montevideu em janeiro de 1817, quando a monarquia portuguesa conquistou a cidade. Consequentemente, de 1817 até 1828, Montevideu e grande parte

6 FERREIRA, Pablo, Opus Cit. Pp 41-60. FREGA, Ana. Opus Cit.; ALONSO, Rosa, SALA, Lucia, DE LA TORRE, Nelson. *La Oligarquia Oriental en la Cisplatina*. Montevideo: Pueblos Unidos, 1970.

7 FERREIRA, Pablo. Opus Cit. Pp 41-60.

8 Para uma análise mais aprofundada sobre comércio transimperial e poder político no período colonial: PRADO, Fabrizio. Opus Cit.

da Banda Oriental estiveram sob controle do Império Luso-Brasileiro.⁹

Sob o domínio monárquico da corte Portuguesa no Rio de Janeiro, as instituições políticas centradas em Montevidéu passaram a exercer, pela primeira vez, controle sobre todo o território de Banda Oriental. Em 1821, a convocação do Congresso Extraordinário congregando os representantes de todos os cabildos da Banda Oriental representou formalização do controle pelas instituições políticas centradas em Montevidéu sobre a Banda Oriental. Para as elites comerciais de Montevidéu, o monarquismo foi a opção preferencial não apenas para manter e aumentar o comércio trans-imperial, para manter as instituições jurídicas e o *status quo* colonial, para afastar o risco do projeto artiguista, mas também para impulsionar a autonomia de Montevidéu e da Banda Oriental em relação a Buenos Aires.

Como um bastião monarquista em oposição a Buenos Aires (1810-1825), Montevidéu experimentou um aumento no número de embarcações portuguesas, britânicas e americanas entrando em seu porto. Repudiando as os movimentos revolucionários na vizinha Buenos Aires, assim como os projetos federalistas de Artigas, as elites mercantis de Montevidéu aprofundaram seu compromisso com a manutenção da ordem e das instituições coloniais. Devido ao fato que durante este período Montevidéu tenha perdido seu status de porto oficial de Buenos Aires, para as elites comerciais de Montevidéu, a manutenção de rotas comerciais e conexões com comerciantes estrangeiros foi uma preocupação central durante o período revolucionário. Para as elites Montevideanas, a manutenção do regime mo-

⁹ Ainda que o domínio Brasileiro tenha se estendido formalmente até 1828, a partir de 1822 o sistema cisplatino sofreu repetidas crises, pela resistência do Voluntário Reais Portugueses fiéis a Portugal frente a independência do Brasil, assim como após 1825, período marcado por modificação do sistema de participação política local. Ver: FERREIRA, Fabio. *O General Lecor, os Voluntarios Reais, e o conflitos pela Independência do Brasil na Cisplatina: 1822-1824*. Tese Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2012; CUADRO CAWEN, Ines. *La crisis de los poderes locales y la construcción de una nueva estructura de poder institucional en la Provincia Oriental durante la guerra de independencia contra el Imperio del Brasil (1825-1828)*. In: FREGA, Ana. *Opus Cit.* pp. 65-97.

nárquico e das conexões com o Brasil representavam a manutenção do seu controle sobre as redes de comércio transimperial.

Rivais Platinos: A Crise da Monarquia Espanhola em Montevideu e Buenos Aires

O processo de independência no Rio da Prata foi deveras complexo e envolveu diferentes projetos políticos, diferentes facções regionais, e variados agentes políticos internacionais. Enquanto Buenos Aires rompeu com o domínio espanhol no início da década de 1810, Montevideu permaneceu como um bastião leal a Madrid no Rio da Prata até 1814.¹⁰ Durante esse período, as elites de Montevideu mantiveram a centralidade dos *cabildos* e dos *pueblos* como fonte de soberania no interior da Banda Oriental, e o *cabildo* de Montevideu tentou projetar-se como o principal corpo governante da província. Ao mesmo tempo em que as elites de Montevideo defendiam os *cabildos* como fonte da soberania local, o projeto político que emanava de Montevideu buscou manter e aumentar o intercâmbio comercial com potências estrangeiras, especificamente com a comunidade comercial do Brasil (Rio de Janeiro, Bahia). As diferentes maneiras pelas quais as elites políticas e econômicas de Buenos Aires e Montevideu reagiram à crise monárquica na Espanha foram produto de rivalidades políticas com raízes nas últimas décadas do período colonial, após a expulsão dos portugueses de Colonia (1777) e da criação do vice-reinado do Rio da Prata (1776).

A ruptura entre Buenos Aires e Montevideu em 1808 foi o momento culminante de tensões em relação a questões legais e comerciais que opuseram as elites de ambas cidades nas últimas décadas do século XVIII. Com a criação do Vice-reinado do Rio da Prata (1776), Montevideu foi guindada pela Coroa de Espanha a porto oficial na região para o comércio transatlântico. Montevideu, após 1778, se converteu na sede da Comandância do Resguardo

¹⁰ FERREIRA, Pablo. *Opus Cit.*. Pp 41-60.

(agência para repressão do contrabando), na base naval da armada espanhola do Atlântico sul, e no porto mandatário para todos os navios entrando ou saindo do estuário. Dessa forma, as reformas bourbônicas permitiram as elites de Montevidéu acesso aos novos ramos da burocracia imperial na cidade e ao privilegiado acesso as redes de comércio com os comerciantes luso-brasileiros. Rapidamente, Montevidéu converteu-se no porto Atlântico de Buenos Aires e ocupou o lugar deixado pela Colônia do Sacramento no que refere ao porto de entrada de produtos vindos pelas rotas Luso-Brasileiras.¹¹ Devido a necessidade de manter agentes em Montevidéu e de terem seus interesses comerciais sujeitos às autoridades montevideanas, os poderosos mercadores de Buenos Aires, a comunidade comercial mais rica e dinâmica do complexo portuário do Rio da Prata, ressentiram-se da autonomia comercial de Montevidéu.

Ainda que ambas comunidades fossem inter-ligadas e inter-dependentes, e Buenos Aires fosse a capital vicereinal e sede da *Audiencia*, já nas décadas de 1780 e 1790, os comerciantes e autoridades *porteños* questionaram junto ao Rei e ao Concelho de Indias o status de político de Montevidéu. Agentes de Buenos Aires apresentaram representações contra o privilégio de Montevidéu como porto de entrada e saída obrigatórias para embarcações no estuário, disputaram a jurisdição de Montevidéu sobre o comércio de contrabando, e muitas vezes denunciaram a participação de comerciantes e autoridades de Montevidéu no contrabando com os comerciantes Portugueses e Britânicos.¹² Apesar da dependência política e econômica de Montevidéu em relação a de Buenos Aires, os comerciantes montevidianos não apenas defendiam a supremacia do seu porto, mas desde a década de 1790, passaram também a peticionar a Madrid para obterem seu pró-

11 Archivo General de la Nación, Argentina (AGN-A) Sala IX 1.2.5 – Octubre, 8, 1804, e Archivo General de Indias (AGI), Buenos Aires, Gobierno Leg 346 – Febrero, 27, 1797. Sobre os conflitos entre Montevideo e Buenos Aires acerca de jurisdições territoriais ver: PRADO, Fabrizio. *Opus Cit.* Capítulo 4.

12 PRADO, Fabrizio. *Opus Cit.* Capítulo 3.

prio *Consulado de Comercio* (guilda de comerciantes), visando maior autonomia comercial e política em relação a Buenos Aires.

As profundas divergências entre os interesses entre comunidades mercantis de Montevidéu e Buenos Aires (ainda que fossem duas cidades com economias e portos complementares e interconectados) apareceram de forma explícita na sequência das invasões inglesas de 1806 e 1807. Em 1806, uma pequena esquadra britânica procedente da Cidade do Cabo invadiu e ocupou Buenos Aires. Frente as forças invasoras lideradas por Sir Home Popham, o vice-rei de Buenos Aires, Rafael Sobremonte (1804-1807), deixou a cidade conduzindo as caixas com o tesouro real para a cidade de Córdoba. Em Buenos Aires, um oficial francês naturalizado espanhol, Santiago de Liniers, organizou e liderou a resistência popular. As milícias urbanas de Buenos Aires apoiadas por tropas de Montevidéu expulsaram os britânicos em poucos meses. Em 1807, uma nova expedição britânica atacou as possessões espanholas no Prata conquistando Montevidéu e Buenos Aires. Pela segunda vez, em julho de 1807, os habitantes de Buenos Aires resistiram aos ingleses, e as forças britânicas foram expulsas da capital em agosto do mesmo ano. Após a expulsão dos ingleses de Buenos Aires, mercadores britânicos ainda puderam permanecer em Montevidéu durante sete meses antes de regressar à Europa.

Durante o segundo semestre de 1807, enquanto em Montevidéu, os comerciantes britânicos tentavam de toda forma desfazer-se de suas mercadorias no mercado local, mesmo que isso significasse vendê-las a preços baixíssimos. Os comerciantes de Montevidéu obtiveram imensas vantagens para a aquisição de mercadorias britânicas a preços de barganha. Segundo o historiador Arturo Bentancur, em 1807, mais de um milhão de libras em bens britânicos foram introduzidos no Rio da Prata, a maioria em Montevidéu.¹³ Além disso, sob ocupação britânica, o porto de Montevidéu estava aberto ao comércio com nações neutras, a saber, os Estados Unidos e Portugal, permi-

¹³ BENTANCUR, Arturo. *El Puerto Colonial de Montevideo*. Montevideo: Facultad de Humanidades, Vol. II, 1999. p 15-16.

tindo que comerciantes de Montevideu exportassem couros e outros produtos agrícolas, bem como recebessem escravos.¹⁴ Essa manobra causou revolta entre os círculos comerciais de Buenos Aires.¹⁵

Como resultado das invasões britânicas em Buenos Aires, Santiago de Liniers emergiu como vice-rei interino do Rio da Prata, apoiado por elites e pelos setores populares de Buenos Aires. Após o fim da ocupação Britânica em Montevideu, fazendo uso de sua autoridade de vice-rei interino, Liniers tentou despojar Montevideu de sua condição de base naval para a frota do Sul, bem como cancelar a jurisdição da cidade porto sobre as Ilhas Malvinas e os assentamentos da Patagônia.¹⁶ Especificamente, Liniers queria acabar com a primazia de Montevideu no comércio com estrangeiros e retirar da cidade os status de único porto autorizado para o desembarque de escravos.

A reação das autoridades e comerciantes de Montevideu frente as tentativas de Liniers para reduzir a autonomia comercial e a influência política de Montevideu levou à primeira ruptura política em territórios espanhóis no Rio da Prata. Em face as medidas de Liniers, o governador de Montevideu, Francisco Elío e a comunidade de comerciantes da cidade rejeitaram as medidas de Buenos Aires, implantando o “obedezco pero no cumplo”, efetivamente não aplicando as ordens do vice-rei interino. Além disso, as autoridades

14 CAPILLA DE CASTELLANOS, Aurora Historia del consulado de Montevideo. Vol. I. p 67-69.

15 John Carter Brown Library (JCB)- Documentos 1807-9 B81 A692c V.1 1-Size. Observaciones de los Recientes Acontecimientos en Montevideo. Anonymous. circa1810. Um autor anônimo de Buenos Aires referia aos comerciantes de Montevideu como os “!Reptiles de la sociedad!”. Outras referencias menos dramáticas podem ser encontradas em: MAWE John. Voyage in the Interior of Brazil, particularly in the Gold and Diamond Districts of that Country, by Authority of the Prince Regent of Portugal, Including a Voyage to the Rio de la Plata, and a Historical Sketch of the Revolucion of Buenos Ayres. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, Paternoster-Row, 1812. Pp. 40-53. Mawe também menciona o grande número de antigos soldados britânicos que tomaram residência na cidade depois das invasões e que juraram fidelidade ao Rei de Espanha. De acordo com Mawe, era fácil de reconhecer estes indivíduos por ainda utilizarem os surrados uniformes britânicos.

16 STREET, John. *Artigas and the Emancipation of Uruguay* Cambridge: Cambridge University Press, 1959). 53-62.

de Montevidéu enviaram dois delegados (Nicolas de Herrera e Juan Pérez Balbas) para a Espanha a fim de obter um Consulado e aumentar os direitos políticos e econômicos da cidade dentro do Império .

Apoiando sua petição para seu Consulado de Comércio independente de Buenos Aires, os comerciantes e autoridades de Montevidéu mencionavam o papel crucial da cidade para a resistência e liberação de Buenos Aires durante as invasões britânicas. A comunidade de Montevidéu havia enviado tropas, suprimentos e capital para a defesa de Buenos Aires. Durante as invasões, os comerciantes de Montevidéu levantaram mais de 100.000 pesos para apoiar os interesses espanhóis na região.¹⁷ Comerciantes de Montevidéu ofereceram infra-estrutura e recursos humanos para a defesa de Buenos Aires e de outros interesses espanhóis no Rio da Prata. Francisco Maciel, por exemplo, ofereceu seus armazéns e ainda 70 escravos para a defesa contra os ingleses, enquanto Matteo Magariños organizou e financiou uma unidade de milícia de 350 homens, e ofereceu mais de 700 cavalos para as forças espanholas.¹⁸ Muitos outros comerciantes contribuíram com quantidades menores, variando de 300 a 1000 pesos, bem como doações em espécie, como pão, cavalos, mulas, arroz e serviço de escravos. Os esforços da comunidade de Montevidéu na defesa contra os britânicos foi crucial para o recebimento do título de “muy leal y reconquistadora ciudad”, oferecido ao Cabildo como reconhecimento oficial à cidade.

A crise política desencadeada pela invasão e ocupação francesa da Península Ibérica (1808), acirrou ainda mais as divergências políticas e comerciais entre as elites de Buenos Aires e Montevidéu. Ao chegar a Buenos Aires, o emissário de Napoleão, Marquês de Sassenay, solicitou às autoridades do vice-reino que jurassem lealdade a Joseph Bonaparte. O ainda vice-rei interino Santiago de Liniers de-

17 BENTANCUR, Aruturo. Opus Cit. p 17. Among the merchants who supplied funds for the defense of Rio de la Plata: Francisco Antonio Maciel, Matteo Magariños, Juan Francisco de Zuñiga, Jose Battle y Carrio, Miguel Antonio Vilardebo,

18 BENTANCUR, Aruturo. Ibid. p 17-18.

monstrou uma reação ambígua sobre tal pedido, demorando para posicionar-se contra o enviado francês e em defesa de Fernando VII. Este evento levou a erupção das tensões políticas entre a capital e a cidade porto. Em Montevideu, o governador Elio e o Cabildo de Montevideu levantaram sérias suspeitas sobre a lealdade do vice-rei interino Liniers. Além de questionar de Liniers por sua origem francesa, governador e cabildo de Montevideu também questionavam a legitimidade do seu mandato como vice-rei, uma vez que sua nomeação como vice-rei interino não havia sido feita nem confirmada por autoridades na Península.

Eventualmente, Santiago de Liniers jurou lealdade à Junta Suprema da Espanha, somando-se à Audiencia e ao Cabildo de Buenos Aires ao rechaçar a autoridade de Joseph Bonaparte. Após a aberta desconfiança e oposição apresentada pelas elites de Montevideu, Liniers enquanto vice-rei tomou medidas que visavam a fortalecer seu domínio político em Montevideu. Em setembro de 1808, Liniers enviou capitão de navio Juan Angel de Michelena para substituir Xavier Elío como governador de Montevideu. Tal notícia causou comoção em Montevideu. As ruas no centro da cidade foram tomadas pela população que demonstrava forte apoio ao governador Elío.

A ameaça da substituição do governador Elío levou as autoridades locais a convocar um Cabildo Abierto para deliberar sobre as possíveis reações quanto a chegada de Michelena como agente de Buenos Aires. Vinte e dois representantes foram eleitos pelo povo para deliberar no Cabildo Abierto, catorze desses indivíduos eram comerciantes e membros ativos da Junta de Comércio de Montevideu.¹⁹ O Cabildo Aberto deliberou pela criação de uma *Junta Gubernativa*, ten-

¹⁹ Os representantes para o Cabildo Abierto eram Juan Francisco Garcia de Zuñiga, José Manuel Perez de Castellanos (Guardian del Convento de San Francisco), Francisco Xavier Carvallo, Matteo Magariños. Joaquin de Chopitea, Manuel Diago, Ildefonso Garcia, Jaime Ylla, Cristobal Salvañach, José Antonio Zubillaga, Matteo Gallego, José Cardoso, Antonio Pereyra, Antonio de San Vicente, Rafael Fernandez, Juan Ignacio Martinez, Miguel Vilardebó, Juan Manuel de la Serna, Manuel Tejedor.

do como presidente o governador de Montevidéu, Francisco Elío. A Junta de Montevidéu prestou lealdade a Fernando VII e à Junta de Cádiz, impediu que Michelena substituísse Elío e rejeitou a autoridade do vice-rei interino de Buenos Aires, Santiago de Liniers. Na prática, esses eventos significavam ruptura dos laços políticos entre Buenos Aires e Montevidéu.

O *Cabildo Abierto* e *Junta Gubernativa* de Montevidéu incluíam a maioria dos comerciantes de destaque que estiveram envolvidos nas disputas comerciais com Buenos Aires nas décadas anteriores. A eleição dos membros da Junta reforçou a primazia dos interesses comerciais em moldar o processo político em Montevidéu. Mercadores conhecidos e afluentes como Matteo Magariños, Francisco Vilardebó, Joaquín de Chopitea, Manuel Diago, Jaime Ylla, Antonio de São Vicente, Pasqual Parodi, Pedro Berro e Pedro Errazquin: todos participaram na Junta de 1808. A maior parte desses comerciantes estavam profundamente envolvidos em redes de comércio trans-imperiais, e vários deles eram sócios de casas comerciais Buenos Aires. Como resultado, enquanto a Junta de 1808 marcou a divergência política entre Montevidéu e Buenos Aires, as redes de comércio ainda conectavam as duas cidades.

A autonomia política de Montevidéu dentro do vice-reino durou até a chegada do novo vice-rei, Gaspar Cisneros (1809-1810), nomeado pela Junta de Cádiz para substituir Santiago de Liniers. Por um breve período de tempo, Cisneros foi capaz de exercer seu mandato como vice-rei do Rio da Prata, mas em 25 de maio de 1810, o Cabildo de Buenos Aires removeu Cisneros de sua posição de autoridade e formou uma junta governativa fiel a Fernando VII mas politicamente independente de Espanha.²⁰ A reação de Montevidéu aos eventos ocorridos em Buenos Aires foi a chamada de um novo Cabildo Abierto, mais uma vez, a fim de decidir como proceder enfrentar as crises de legitimidade estabelecidas tanto na metrópole como em Buenos Aires.

20 Baltazar Hidalgo de Cisneros tomou posse como Vice-Rei do Rio da Prata em 1809.

O Cabildo Abierto de Montevidéu decidiu pela criação a sua própria junta autônoma, que jurou lealdade à Junta Suprema de Sevilha e repudiou a liderança de Buenos Aires. A partir desse momento, Montevideo tornou-se o principal bastião do império espanhol no Atlântico sul. Em 1811, a Junta de Cádiz nomeou Elío como o novo vice-rei do Rio da Prata. Elío mesmo tentou restabelcer a autoridade vicereinal em Buenos Aires. A Junta de Buenos Aires, porém, não reconheceu a autoridade de Elío e não permitiu que ele desembarcasse na cidade. Como resultado, Elío retornou a Montevidéu, onde a população local e a Junta local proclamaram o ex-governador como o novo vice-rei de La Plata e Montevidéu como a nova capital do vice-reinado. Central para o interesse das elites de Montevidéu foi a manutenção das instituições coloniais e as redes de comércio transatlântico.

Uma das primeiras ações da nova Junta de Montevidéu foi a promulgação de uma nova regulamentação para oficialmente permitir e garantir a segurança da chegada de navios mercantes estrangeiros ao porto da cidade. Além de reforçar os procedimentos já em vigor, o “Regulamento de Embarcações Estrangeiras” de 1811 também tornou obrigatório que todas as remessas que chegassem ao porto fossem manuseadas por um comerciante local registrado na Junta de Comércio de Montevidéu.²¹

Suporte para o projeto monárquico, no entanto, não foi unânime na Banda Oriental. No interior da província, diferentes projetos políticos concorrentes surgiram no que cooptaram vários *pueblos*. Além de confrontar as forças revolucionárias de Buenos Aires, os monarquistas de Montevidéu tiveram de enfrentar o projeto político baseado em idéias federalistas que emergiu sob a liderança de Artigas. Entre 1810 e 1814, a cidade e o porto de Montevidéu, no entanto, permaneceram fiéis à monarquia espanhola e mantiveram

21 John Carter Brown Library, B81 A692c V.1 1-Size - REGLAMENTO Formado por la Junta de Comercio de Montevideo Sobre El Metodo y Formalidades que Deben Observarse en las Expediciones Procedentes de Extranjeros aprobado por el Superior Gobierno. 1811.

redes comerciais ativas com a América portuguesa, com os Estados Unidos, e com a Grã-Bretanha. Para a classe comerciante de Montevideu, a defesa da monarquia significava a defesa do comércio trans-imperial.²²

Lealdade e comércio trans-imperial

Na primeira metade da década de 1810, a atividade portuária de Montevideu tornou-se progressivamente mais dependente do comércio com os comerciantes estrangeiros. Especificamente, o número de navios portugueses, estado-unidenses e ingleses que entraram no porto da cidade ganhou importância de 1811 a 1814. Entre 1808 em 1814, um mínimo de 864 embarcações entraram no porto de Montevideu (Tabela 1). Desse total, as embarcações espanholas representaram cerca de 53% (461), embarcações portuguesas 20,4% (176), embarcações britânicas totalizaram 14,8% (128), e navios dos Estados Unidos foram responsáveis por 10,7% (96) do movimento naval de Montevideu. Vale ressaltar, no entanto, que dos 461 navios espanhóis que entraram no porto de Montevideu, pelo menos 31 navios fizeram escala em algum porto no Brasil a caminho para o Rio da Prata. Como resultado, mais da metade de todos os navios que entraram em Montevideu partiram diretamente de um porto estrangeiro, com a América portuguesa sendo o porto de origem imediato para 24% de todos os navios que entraram no porto da cidade no período.

22 John Carter Brown Library, B81 A692c V.1 1-Size - REGLAMENTO Formado por la Junta de Comercio de Montevideo Sobre El Metodo y Formalidades que Deben Observarse en las Expediciones Procedentes de Extranjeros aprobado por el Superior Gobierno. 1811

Tabela 1 – Entrada de Embarcações no Porto de Montevideu

Ano / Bandeira	Espanhol	Portu- guês	Inglês	E.U.A.	Ou- tros	Total
1808	58	11	10	4	1	83
1809	83	23	29	5	1	141
1810	118	30	56	24	1	229
1811	91	25	23	50	2	191
1812	60	26	10	9	0	105
1813	37	40	0	0	0	77
1814	14	21	3	0	0	38

AGNU - ExAGA Livro 95 - Aduana, Livro de Entrada de Embarcaciones.

O significado do intercâmbio comercial entre Montevideu e comerciantes estrangeiros no período entre 1810 e 1814 atingiu níveis nunca dantes registrados. Embora Montevideu tenha de forma gradativa concentrado redes de comércio trans-imperial (legal e ilegal) desde a década de 1780, pela primeira vez mais da metade dos navios que entravam em Montevideu vinham de portos estrangeiros. Rio de Janeiro foi o principal porto estrangeiro de origem para os navios que entram Montevideu com um total de pelo menos 98 embarcações.²³ Outros portos de origem luso-brasileiros incluíam a Bahia (20 navios), e o termo genérico Costa do Brasil apareceu como a origem de 9 navios. Portos localizados geograficamente mais próximos, como Rio Grande (3) e Santa Catarina (1), foram insignificantes para o comércio de Montevideu no período. Estes dados sugerem que a simples proximidade geográfica não era uma variável determinante para as redes de comércio trans-imperial. O caso de Montevideu evidencia que antigas rotas e redes comerciais desenvolvidas durante o final do período colonial foram o principal fator que moldou os padrões de comércio com os luso-brasileiros e outros estrangeiros. As antigas redes conectando Sacramento com o Rio de Janeiro e Bahia, que depois passaram a operar desde Montevideu após 1777, continua-

²³ Dados sobre porto de origem não disponível para todos os casos.

vam ativas e foram influências cruciais o processo independentista na região. Além das redes comerciais ligando Montevidéu ao Brasil, depois de 1812, o Rio de Janeiro tornou-se a sede de um ministro espanhol encarregado de representar a Junta Espanhola na Corte Portuguesa. Como resultado, Rio de Janeiro apareceu não apenas como um *hot-spot* comercial para Rio da Prata, mas também como um centro político monarquista.

Os portos britânicos serviram como a segunda ligação comercial mais importante para Montevidéu entre 1810 e 1814. Londres foi a origem de 62 navios, enquanto Liverpool e Belfast aparecem como porto de origem de meia dúzia de navios cada um. Navios britânicos, entretanto, muitas vezes vinham de portos como Hamburgo, do Mar do Sul, ou mesmo do Rio de Janeiro. Desde a transferência da corte Portuguesa para Rio de Janeiro (1808), a cidade tornou-se residência dos diplomatas britânicos encarregados dos assuntos de Portugal, Espanha e das colônias espanholas. Mais notavelmente, a primeira imprensa de Montevidéu, enviada pela corte portuguesa em 1809, chegou a bordo de uma embarcação britânica no Rio da Prata.²⁴

Dentre as embarcações dos E.U.A. que entraram em Montevidéu os principais portos de origem eram Filadélfia, Charleston, Baltimore, e Hamburgo. Newport, em Rhode Island e Norfolk, Virginia, aparecem como a origem de uma embarcação cada. Infelizmente, na maioria das chegadas registradas de navios americanos, o porto de origem foi simplesmente registrado como “Estados Unidos” ou “Colônias Estrangeiras”, o que dificulta um mapeamento mais detalhado das rotas envolvendo a América do Norte nesse período. O aumento acentuado no número de navios americanos em 1810 e 1811 deve ser entendido dentro do contexto Atlântico. Desde 1797, embarcações norte-americanas desfrutavam de status potência neutra nas águas atlânticas, mas a partir de 1810, embarcações e mercadores americanas passaram a desfrutar de tratamento privilegiado em portos sob

24 *Gazeta de Montevideo*. Montevideo: Biblioteca de Impresos Raros Americanos. 1954. Vol. 1. “Apresentación.” [1810]

controle da Coroa Espanhola devido ao papel crucial dos estadunidenses para o abastecimento de trigo e suprimentos para as tropas britânicas e espanholas que combatiam Napoleão na Guerra Peninsular.²⁵ Nos anos subsequentes, o virtual desaparecimento das embarcações dos EUA coincidiu com a eclosão da guerra de 1812.

Entre 1810 e 1814, enquanto Montevidéu continuou sendo o principal bastião lealista no Atlântico Sul, houve um aumento significativo no comércio com potências estrangeiras. Fazendo uso de redes de comércio transimperial previamente estabelecidas, a comunidade mercantil de Montevidéu conseguiu manter com sucesso o fluxo mercantil. Além disso, enquanto as elites de Montevidéu intensificaram suas conexões com os comerciantes portugueses e anglos, agentes montevidéanos simultaneamente tentaram impedir comércio transatlântico direto de Buenos Aires através da emissão de patentes de corso à navios de Montevidéu contra embarcações *portenhas*.²⁶ A defesa da monarquia espanhola significou, para as elites de Montevidéu não só a sanção oficial para o comércio com as potências estrangeiras, mas também uma ruptura política violenta com Buenos Aires.

O projeto legalista em Montevidéu recebeu forte apoio dos grupos mercantis da cidade ligados ao comércio trans-imperial. Comerciantes como Matteo Magariños, Francisco Joanico, Manuel Diago, Carlos Camuso, Manuel Vidal e Juan Duran emprestaram dinheiro à administração local e eram importante agentes no comércio trans-imperial, e especialmente com o Brasil. Matteo Magariños distinguiu-se por ter fortes ligações com os comerciantes anteriormente envolvidos no comércio com a Luso-América e outros mercados estrangeiros. Magariños era um dos comerciantes mais ativos nas ro-

25 WHITAKER, Arthur P. *The United States and the Independence of Latin America, 1800-1830* New York: W.W. Norton, 1964. Pp 1-20, 50-57, 119-120. POMPEIAN, Edward, *Hermanos americanos y amigos republicanos: redes de intercambio entre Venezuela y los Estados Unidos, 1797-1815*. IN: *La Primera República de Venezuela: reflexiones en su bicentenario, 1811-2011*. Caracas: Fundación Konrad Adenauer y la Universidad Católica Andrés Bello, 2012. pp 167-79.

26 Archivo General de la Nación – Uruguay (AGNU), EHG Caja 107, exp. 73 y 93. 1812. JCB - BUENOS AYRES 1810-1819, B81 A962c V.2. 1-Size. Proclama, Virrey Vigodet, Montevideo, 1811.

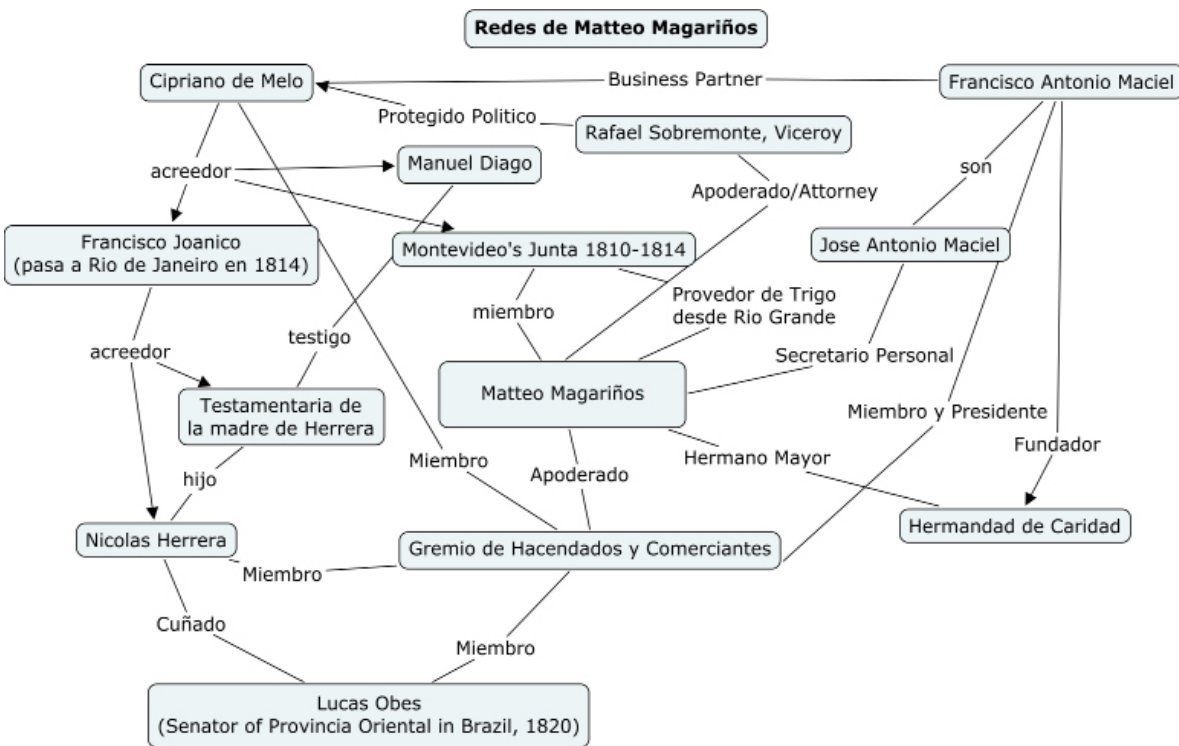
tas com o Brasil e tinha importado escravos desde os primeiros anos do século XIX. Durante as invasões britânicas, Magariños fez doações patrióticas à Coroa e emprestou dinheiro para a defesa da cidade. Entre 1805 e 1808, Magariños enviou pelo menos três navios para o Brasil.²⁷ Suas conexões no Rio de Janeiro foram construídas a partir de redes previamente formadas por uma geração anterior de comerciantes ativos em Montevideu.

Magariños não apenas operava nas rotas trans-imperiais, mas desenvolveu em Montevideu fortes redes comerciais e políticas com mercadores locais também envolvidos com o comércio com a Luso-América e com os britânicos no início do século XIX. Magariños atuou como advogado (*apoderado*) de mercadores como Francisco Antônio Maciel, Cipriano de Melo - dois comerciantes que desempenharam um papel essencial manutenção das redes de comércio trans-imperiais entre o Brasil e o Rio da Prata na região em 1780 e 1790, especialmente no Rio de Janeiro e na Bahia. Entre 1810 e 1814, Magariños usou suas redes no Brasil para comprar e suprir trigo para Montevideu durante o sítio imposto pelas forças de Buenos Aires.

Além disso, Magariños tinha participação ativa nas políticas municipais e locais, tais como o apoio às Juntas, a corporação mercantil e as instituições religiosas que promoveram a filantropia em Montevideu proporcionaram um nível mais alto de institucionalização e continuidade para o comércio transimperial na região. Magariños foi um importante membro e advogado da Junta de Comerciantes de Montevideu além de um membro ativo nas instituições locais, tornando-se o *Hermano Mayor* da *Hermandad de Caridad*. Essas instituições foram cruciais para apoiar não apenas o projeto monarquista contra Buenos Aires, mas também deram amplo suporte ao projeto Cisplatino a partir de 1816. As redes comerciais de Magariños também conectava duas gerações de comerciantes que conduziam negócios transimperiais que atuaram a partir de 1780 até os anos 1820 (figura 1).

27 AGNU, Libro de Entradas 95

Figura 1 - Redes de Matteo Magariños (c.1810 – c.1822)



Entre 1810 e 1814, a comunidade de comerciantes de Montevideu envolvidas com o comércio trans-imperial ganhou ainda mais proeminência na cidade porto não apenas utilizar seus recursos políticos e econômicos para apoiar o projeto monarquista, mas também para mobilizar apoio as instituições políticas de Antigo Regime (como os cabildos) a para manutenção da ordem vigente. O grupo de comerciantes envolvidos no comércio trans-imperial se tornou a facção comercial mais ativa em operação em Montevideu. Tal processo é evidente na análise da atividade do porto de Montevideu (Tabela 1), mas comerciantes estrangeiros que passaram pela cidade para realização de também observaram a proeminência e influência dos mercadores trans-imperiais na vida social de Montevideu. O comerciante inglês Thomas Kinder relatou, durante sua passagem pela cidade em 1810,

ter se hospedado na casa de Francisco Joanico e interagido com vários outros mercadores Espanhóis, criollos, e Luso-Brasileiros que tinham experiência no comércio entre o Brasil e o Rio da Prata.²⁸ A crise de legitimidade na Espanha permitiu as elites mercantis de Montevideu expandir suas atividades no comércio atlântico. Apoio aos projetos monarquistas permitiu a comunidade mercantil de Montevideu lucrar com o comércio com estrangeiros e ao mesmo defender as instituições e o *status quo* coloniais.

Após um prolongado cerco militar, em 1814 as tropas de Buenos Aires conseguiram invadir e conquistar Montevideu pondo fim efetivo ao domínio espanhol no Rio da Prata. O projeto político de Buenos Aires foi concebido em parte para canalizar o comércio marítimo para os portos controlados pelas elites *portenhas*, como Buenos Aires ou Ensenada de Barragán (considerado extensão jurídica de Buenos Aires). Além disso, as antigas rivalidades e o faccionalismo político eram variáveis importantes no novo arranjo do poder em Montevideu. Após a queda Montevideu lealista, mercadores espanhóis, criollos, e estrangeiros fugiram da cidade em busca de asilo no Rio de Janeiro, cidades europeias e norte-americanas (incluindo Matteo Magariños e Francisco Joanicó). O corte do Rio de Janeiro tornou-se não só um centro para a diplomacia europeia no Atlântico Sul, mas também um *hot spot* de comerciantes e políticos Montevideanos exilados.

O sucesso das forças *portenhas* no controle de Montevideu foi de curta duração. Nas campanhas da Banda Oriental, o projeto revolucionário de Artigas ganhou tração e impôs uma campanha em oposição a supremacia de Buenos Aires na Banda Oriental.²⁹ Em 1815, as forças federalistas de Artigas invadiram e ocuparam Montevideu, estabelecendo controle sobre todo o território da Banda Oriental (incluindo áreas anteriormente disputadas com Buenos Aires como Colonia do Sacramento). Artigas declarou o Estado Oriental soberano.

28 JCB - Thomas Kinder Manuscript...

29 DE LA TORRE et ali. *Opus Cit.*

no autônomo e fez dele um participante da Liga Federal de Pueblos Libres.³⁰ O controle de Artigas de Montevideu, no entanto, tampouco durou muito tempo.

A ascensão do projeto Artiguista na Banda Oriental enfrentou forte oposição dos grandes comerciantes e estancieiros da Banda Oriental.³¹ Ainda que grupos anti-Artigas e anti-revolucionários tivessem interesses heterogêneos, o apoio aos projetos monárquicos e de manutenção do *status quo* foram capazes de congregar elites com diferentes interesses imediatos. Especificamente, comerciantes e terratenentes envolvidos com exportação de couros e produtos pecuários e comércio trans-imperial (com fortes ligações a portos luso-brasileiros) tinham agendas opostas ao artiguismo. O apoio de Artigas à redistribuição de terras causou temores entre as elites latifundiárias que exportavam produtos agrícolas; além disso, as forças artiguistas confiscaram bens de comerciantes em Montevideu quando da tomada da cidade porto em 1815.

Em 1816, com o apoio das elites de Montevideu e a aquiescência das autoridades de Buenos Aires, o Império Luso-Brasileiro invadiu e ocupou a Banda Oriental para cessar “os terrores da anarquia” artiguista na campanha e restabelecer “ordem”.³² O apoio à intervenção luso-brasileira e, subsequentemente, para um projeto monárquico para a Banda Oriental aproximou diferentes grupos da elite montevideana, como os comerciantes conectados ao Brasil e comércio com estrangeiros, os comerciantes conectados a Espanha e ainda defensores da restauração Espanhola, e estancieiros conecta-

30 A Liga Federal foi um projeto político federativo liderado por José Artigas que incluiu as províncias da Banda Oriental, Corrientes, Córdoba, Santa Fe, e Entre Ríos.

31 Para maiores informações sobre o projeto Artiguista: FREGA, Ana. *Pueblos y Soberania en la Revolucion Artiguista*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007.

32 O Diretório das Províncias Unidas aceitou a intervenção Luso-Brasileira contra Artigas condicionada ao reconhecimento da independência das Províncias Unidas, Santa Fe e Paraguai. FREGA, Ana. *Opus Cit.* p.66.

dos a exportação de produtos agro-pecuários.³³ Embora considerassem a intervenção luso-brasileira como um antídoto contra o projeto revolucionário de Artigas, monarquistas espanhóis ainda apostavam em uma reconquista espanhola do Rio da Prata até 1821.³⁴ A manutenção e re-estabelecimento de rotas de comércio trans-imperiais e instituições tradicionais e formas de representação política com base em grupos corporativos, como os cabildos, eram aspectos cruciais do projeto monarquista que emanava de Montevidéu.

O restabelecimento do comércio trans-imperial foi uma preocupação primordial para as elites envolvidas com a ocupação luso-brasileira. Nos anos seguinte a invasão Luso-Brasileira o movimento naval do porto de Montevidéu cresceu substancialmente comparado com o período anterior. A partir de 1817, o porto de Montevidéu recebeu primordialmente navios luso-brasileiros, enquanto embarcações inglesas e estadounidenses também continuaram a aparecer frequentemente. Entretanto, navios ingleses e norte-americanos agora utilizavam Montevidéu como um porto de escala a caminho de, ou retornando de Buenos Aires. O período da ocupação luso-brasileira também marcou o uma mudança no tipo de movimento naval de Montevidéu, com o incremento da atividade de embarcações menores, provenientes de portos regionais, que muitas vezes faziam comércio de suprimentos.

O porto de Montevidéu sob ocupação Luso-Brasileira (1817-1822)

Em janeiro de 1817, o Cabildo de Montevidéu enviou dois representantes para Corte do Rio de Janeiro, à época capital do Império

33 Para uma análise mais ampla do período Cisplatino na campanha Oriental: ALONSO, Rosa, SALA, Lucía, DE LA TORRE, Nelson. *Opus Cit.*: pp 10-17, 83-93, 212.

34 Para uma análise detalhada dos planos de restauração da monarquia espanhola no Prata: see FREGA, Ana. "Alianzas y proyectos independentistas en los inicios del 'Estado Cisplatino,'" in FREGA, Ana (ed.), *Historia Regional e Independencia del Uruguay* (Montevideo: EBO, 2009), 20-21.

Português, com a missão de propor a anexação da Banda Oriental ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.³⁵ Os representantes montevideanos levaram instruções detalhadas com as condições para incorporação do território à monarquia luso-brasileira. As instruções abordavam questões de soberania, administração e comércio.

A importância de restabelecer o comércio trans-imperial era uma preocupação primordial para as elites de Montevideu. Os artigos 6º. e 8º. das instruções do cabildo estabeleciam o livre comércio no porto de Montevideu, a liberdade de estrangeiros residirem e negociarem na província, e previam investimentos para melhorar os molhes do porto, limpeza da área portuária, e construção de de um farol, entre outras medidas para assegurar a “felicidade, o aumento do comércio marítimo.”³⁶ Muitos destes pedidos eram antigas demandas que os comerciantes de Montevideu sem sucesso pleiteavam junto ao Consulado de Comércio de Buenos Aires desde a década de 1790.³⁷

A prioridade das elites de Montevideu para com o restabelecimento do comércio produziu resultados rápidos. Entre 1818 e 1822, o número de barcos que entraram no porto de Montevideu cresceu substancialmente. De acordo com os dados da Alfândega de Montevideu, um total de 1185 embarcações entraram no porto durante o período : 109 barcos em 1818 ; 263 em 1820 ; 404 no ano de pico de 1821 ; e, um total de 398 embarcações, em 1822. No entanto, o tipo de embarcações envolvidos neste comércio indicava o crescimento do comércio costeiro e regional. Enquanto bergantins foram as embarcações mais comuns adentrando o porto de Montevideu durante o período de (50,1% de todos os navios), é importante salientar o aumento no número de *sumacas*, pequenos navios amplamente usado

35 Para uma excelente análise sobre os ideais monarquistas vinculados a a Corte Lusitana no Rio de Janeiro e os projetos políticos no Rio de Prata ver: PIMENTA, João Paulo. *Com Olhos na America Espanhola: a Independência do Brasil (1808-1822)*. Cadernos do CHDD Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IV, Número Especial. – Brasília, DF : FundaçãoAlexandre de Gusmão, 2005. p 3-23.

36 Instrucciones... Apud Pivel Devoto *El Congreso Cisplatino*, Montevideo: 1936. p 341-357.

37 Aurora Capilla de Catellanos Opus Cit.

para a navegação regionais (de 38 sumacas no 1818 para 87 in 1822, correspondendo a de cerca de 25% % do movimento do porto). O numero de fragatas tambem aumentou, em parte devido ao aumento das embarcações de guerra. O aumento de embarcações menores, como as *polacras*, *sumaquinhas*, *goletas*, *chalupas*, *lanchas*, and *iates* também corrobora o aumento da importância da navegação regional no port de Montevideú.

Durante o período da ocupação luso-brasileira, houve um aumento do comércio trans-imperial em Montevideú, mas especialmente do comércio com o Brasil. A Tabela 7.2 mostra a evolução do movimento portuário durante a ocupação luso-brasileira de Montevideú de acordo com as bandeiras dos navios que entram no porto. Os dados deixam explícitos os crescimento e a prevalência das redes comerciais luso-brasileiras, representando 26,7% do movimento total de navios. Se acrescentarmos os navios sob a bandeira “Nacional” para o ano de 1822, os navios luso-brasileiros foram responsáveis por 45,2% do movimento naval do porto de Montevideú durante o período. Apesar do predomínio dos navios luso-brasileiros, embarcações britânicas representaram 20,8 % (234) do movimento total durante o período, enquanto embarcações dos EUA representaram 15,2% do total do movimento portuário. Os barcos que navegavam baixo a bandeira de Buenos Aires representaram 6,8% do total de embarcações, enquanto que os navios franceses contribuíram com 6,1% do tráfego do porto. Os navios restantes tinham bandeiras que variavam desde Chile, Sardenha, Suécia, Holanda até Rússia. Apenas três navios com bandeira espanhola foram registrados durante o período.

Tabela 2 – Entrada de Embarcações no Porto de Montevideu

Bandeira	Ano					Total
	1818	1819*	1820	1821	1822	
Portugal	52	4	123	121	0	300
Espanha	2	0	0	0	1	3
Grã-Bretanha	17	4	49	90	73	233
E.U.A.	12	2	32	57	68	171
Dianamarca	0	0	1	3	3	7
França	5	0	20	26	18	69
Hamburgo	1	0	0	0	0	1
Buenos Aires	18	0	16	18	25	77
Chile	1	0	0	3	0	4
Sardenia	1	1	10	15	7	34
Rusia	0	0	1	1	1	3
Suécia	0	0	3	4	2	9
Holanda	0	0	1	2	1	4
Nacional	0	0	0	22	187	209
Total	109	11	256	362	386	1125

Fonte: AGN - Uruguay. Ex-AGA. Libro 99. Dados para 1819 não disponíveis em sua maioria, ou documentos ilegíveis.

O movimento naval do porto de Montevideu durante ocupação luso-brasileira não alterou a origem dos principais agentes comerciais que atuavam na região desde as últimas décadas do período colonial. Luso-brasileiros e, depois de 1822, navios nacionais representavam quase metade da atividade portuária de Montevideu, enquanto o movimento de navios britânicos e anglo-americanos repre-

sentava 36% (405) dos navios que entravam no porto de Montevideú. Os dados sugerem que durante a ocupação luso-brasileira ocorreu a consolidação da hegemonia comercial do Rio de Janeiro e a consolidação da participação dos principais parceiros comerciais trans-imperiais tradicionais na região (Grã-Bretanha e Estados Unidos) durante o período tardo-colonial.

Entre 1818 e 1822, embarcações dos portos luso-brasileiros e de portos regionais do Rio da Prata concentraram a maior parte das operações de comércio marítimo de Montevideú, enquanto outros portos do Atlântico, que anteriormente desfrutavam de fortes conexões com Montevideú, perderam terreno. O progressivo caráter regional do porto de Montevideú é evidenciado pelos itinerários das embarcações britânicas e anglo-americanas. Ainda que numerosas embarcações de potências do Atlântico norte agora não tinham em Montevideú seu destino final ou prioritário no Rio da Prata, mas Montevideú passou a ser um porto de escala no estuário. Os dois principais portos de origem das embarcações que entravam em Montevideú eram Buenos Aires - origem de 21,4% (208) de todos os navios durante o período - e o Rio de Janeiro, que representava 20,7% (201). Dos 208 navios que chegam de Buenos Aires, 55 navegavam sob bandeira de Buenos Aires/Províncias Unidas, 46 com bandeira da Grã-Bretanha, 37 de Portugal e 41 hasteavam a bandeira “Nacional”. O total de embarcações portuguesas e nacionais totalizou 78 navios que navegam sob a bandeira luso-brasileira. Havia apenas treze navios anglo-americanos que entraram em Montevideú vindos de Buenos Aires e apenas quinze navios chegaram de outros portos europeus. O tráfego pesado entre Buenos Aires e Montevideú mostra que, apesar da desarticulação política do complexo portuário do Rio da Prata, ambas as cidades ainda desempenhavam papéis complementares na logística e na organização do comércio atlântico. No entanto, os comerciantes de Buenos Aires eram muito menos dependentes de seus agentes de Montevideú e não estavam mais sujeitos às autoridades de Montevideú. Na prática, Montevideú durante a ocupação brasileira deixou de ser o porto Atlântico de Buenos Aires.

As cargas das embarcações que entravam em Montevidéu também revelam o predomínio do comércio regional no movimento portuário. A maioria dos navios de bandeira luso-brasileira, nacional ou de Buenos Aires estava parcialmente carregadas de alimentos (farinhas e conservas de origem luso-brasileira, frutas), lenha, além dos tradicionais *frutos del país* (couros, cera, sebo). Mais revelador ainda, os navios mercantes ingleses e norte-americanos provenientes de Buenos Aires entravam em Montevidéu já carregados com produtos couros, sebo e demais *frutos del país*. Entre 1818 e 1822, Montevidéu deixou de ser o primeiro porto de escala dos navios transatlânticos do Rio da Prata e a cidade perdeu a antiga função de principal entreposto para o comércio trans-imperial na região.

A transformação na relação política e comercial entre Montevidéu e Buenos Aires nesse período deve ser compreendida no âmbito dos tratados celebrados entre o império luso-brasileiro e o governo do *Directorio* de Buenos Aires por ocasião da ocupação de Montevidéu. Tanto Buenos Aires como o Rio de Janeiro tinham Artigas como um inimigo comum, assim que em 1816, o *Directorio* de Buenos Aires e a corte do Rio de Janeiro assinaram tratados secretos permitindo a invasão luso-brasileira na Banda Oriental. Buenos Aires aceitava a invasão luso-brasileira de Montevideo e a Banda Oriental em troca do reconhecimento da independência de Buenos Aires, Santa Fee e Córdoba, e a normalização do comércio no estuário platino.³⁸ O acordo também estabelecia que o comércio marítimo entre Buenos Aires e os portos luso-brasileiros estariam sujeito apenas a uma “taxa de trânsito”, enquanto as mercadorias de qualquer outro porto estavam sujeitas a todas as tarifas.³⁹ Tal privilégio provocou queixas de mercadores britânicos que viam demasiadas vantagens ao comércio luso-brasileiro. Se por um lado os tratados secretos facilitaram a invasão luso-brasileira de Montevidéu e da Banda Oriental, assim como a manutenção das redes de comércio entre Montevidéu e Buenos Ai-

38 JCB *Gazeta de Buenos Aires*. 10, Marzo, 1820.

39 HOOD, Samuel. *El Consul en Montevideo*. Montevidéu: Facultad de Humanidades, 1999. pg 76

res, por outro lado, abriu espaço para o comércio Atlântico direto em Buenos Aires. Essa situação marcou uma mudança significativa em relação ao período entre 1810 e 1814, quando forças de Montevidéu bloquearam e tentaram excluir Buenos Aires do comércio Atlântico direto. Entre 1818 e 1822, navios do Brasil, da Inglaterra e dos Estados Unidos frequentemente usavam Montevidéu como um porto de escala na desembocadura do Prata, mas muitas vezes acabavam por não utilizar serviços de comerciantes locais ou armazéns em Montevidéu.

Durante o período, o número de embarcações que entraram no porto de Montevidéu a partir de outros portos regionais menores, com cargas de gêneros alimentícios, suprimentos, e outros bens agrícolas também cresceu. Havia um total de 81 embarcações que atracavam em Montevidéu vindas de outros portos da Banda Oriental, como Maldonado (26), Soriano (24), Colônia (8), Daiman, Sauce, Rosário, Rio Negro, Santa Lucia (entre 1 e 3 barcos cada). Montevidéu também recebeu embarcações procedentes da Patagônia (4), Santa Fee (2) e Ensenada (6). As embarcações envolvidas nesse comércio eram normalmente chalupas, sumacas, sumaquinhas e outros barcos não adequados para a navegação transatlântica, e suas cargas eram destinadas principalmente ao abastecimento de Montevidéu. Tal tendência marca um afastamento dos padrões de comércio e movimento naval registrados no período colonial.

Durante o período de 1818 a 1822, houve um crescimento acentuado no número de navios na rota Montevidéu - Rio de Janeiro. Dos 206 navios que atracaram em Montevidéu vindos do Rio, para os quais temos informações, mais da metade navegou sob a bandeira do império luso-brasileiro (75 baixo bandeira portuguesa e 31 sob bandeira nacional). Embarcações britânicas provenientes do Rio totalizaram 41, enquanto as estadunidenses chegavam a 31. Também entraram em Montevidéu desde o Rio quinze naus com bandeiras de outros países europeus (Genova, Prússia), e seis navios com a bandeira de Buenos Aires. Os dados sugerem não apenas o crescimento das ligações comerciais entre o Rio de Janeiro e Montevidéu, mas também mostra que os navios americanos usavam Montevidéu como

seu principal porto de escala na região com mais frequência do que os britânicos. Além disso, a grande quantidade de navios britânicos e norte-americanos que chegaram do Rio de Janeiro sugere a existência de uma rota marítima do Atlântico Sul, na qual o litoral do Brasil e o Rio da Prata estavam interconectados.⁴⁰

A prevalência luso-brasileira no comércio naval do Rio da Prata não se restringiu às conexões diretas com o Rio de Janeiro. Pelo menos 201 embarcações navegaram de outros portos brasileiros para Montevidéu durante o período. Os outros portos brasileiros ativos no comércio com o prata eram Rio Grande (80 embarcações), Bahia (37) e Paranaguá (38). A grande maioria dos barcos que navegavam nos portos do sul do Brasil, (Rio Grande e Paranaguá), estavam sob bandeiras luso-brasileiras ou nacionais (96%). Sua carga era composta principalmente de alimentos, madeira e outros produtos agrícolas. A ascensão desses portos regionais corrobora a percepção uma mudança dramática no papel de Montevidéu como um porto do Atlântico com a crescente dependência da cidade em provisões de outras regiões, em grande parte pelas necessidades impostas pela contínuo conflito com as tropas artiguistas na campanha. Esses dados não apenas sugerem um enfraquecimento de Montevidéu como um entreposto de comércio atlântico, mas mostra a fragilidade da administração luso-brasileira na área, já que a cidade precisava importar produtos básicos e necessidades básicas (farinha, arroz, madeira).

O suprimento de alimentos e outros produtos básicos para o dia-a-dia de Montevidéu envolvia ainda embarcações luso-brasileiras ou nacionais que operavam com outros portos regionais brasileiros. Portos do sul do Brasil como Santa Catarina (31 navios), Santos (15), Jaguarí (3) e Porto Alegre (2) surgiram como importantes portos de origem de navios que entraram em Montevidéu após 1810. Esse padrão de comércio refletia o aumento da dependência da administração lusitana em relação ao o Brasil para fornecimento de gêneros alimentícios e outros bens básicos.

40 Rhode Island Historical Society – Anonimous, *Traders Book*, p 151-171. Rio de Janeiro. 1810.

A maior relevância e maior participação do comércio regional e de alimentos no movimento portuário não devem ofuscar, entretanto, o aumento no comércio com dois portos luso-brasileiros tradicionalmente ligados a Montevidéu desde o período colonial: Rio de Janeiro e Bahia. As cargas dos navios que operavam nestas rotas eram diversificadas e contavam com manufaturas, açúcar, tabaco, entre outros produtos que eram característicos do comércio transatlântico, além de pessoas escravizadas. Mas nem todos os navios que entravam em Montevidéu vindos de portos luso-brasileiros navegavam com a bandeira luso-brasileira. Aproximadamente 30% dos 37 navios provenientes da Bahia navegavam sob bandeira britânica, americana ou de outro país europeu. Dessa forma, pode-se concluir que as conexões com a América portuguesa não eram importantes apenas para o abastecimento de Montevidéu, mas também para a manutenção de redes mais amplas de comércio no Atlântico.

Navios que entravam em Montevidéu navegando diretamente de portos britânicos e norte-americanos transportavam cargas diretamente conectadas aos circuitos comerciais transatlânticos. As cargas transportadas para o Rio da Prata incluíam bens manufaturados e de ferro, trigo e bebidas alcoólicas. Durante o período de controle luso-brasileiro sobre Montevidéu, um total de 77 embarcações que entraram em Montevideo declararam como seus locais de origem de origem os Estados Unidos, enquanto 72 naus declararam procedência desde portos britânicos. Nos Estados Unidos, os portos de Nova York (29), Baltimore (16), Boston (14) e Filadélfia (13) dominavam o comércio americano com o Rio da Prata. Entre os portos britânicos, Gibraltar aparece como origem de 58 embarcações, Liverpool de 13 e Londres apenas como porto de origem de uma nau. Ao entrar no porto de Montevidéu, um terço dos navios originários da Inglaterra declararam seu destino final como Buenos Aires, enquanto menos de vinte por cento dos navios dos EUA declararam o mesmo local como parte de seu itinerário.

Os dados de origem/itinerário e bandeira dos navios que entraram no porto de Montevidéu nos permitem concluir que ainda que tenha havido um claro aumento no número de contatos entre Montevidéu

e portos luso-brasileiros, isso não significou necessariamente um aumento no volume de comércio e mercadorias. Apesar do aumento do comércio com os portos luso-brasileiros, os pequenos navios de navegação costeira tornaram-se mais comuns do que os grandes navios capazes de fazer viagens transatlânticas. O aumento no comércio trans-imperial, no entanto, não significou um aumento no volume do comércio de Montevidéu.

Durante esse período, mercadores poderosos envolvidos no comércio trans-imperial, como Matteo Magariños e Francisco Joanico, continuaram sendo atores-chave no comércio e na política do monarquismo e na manutenção das instituições políticas do Antigo Regime em Montevidéu.⁴¹ Entre 1817 e 1822, a lista de comerciantes envolvidos no comércio com o Brasil incluía vários agentes diretamente envolvidos com a administração luso-brasileira, como os irmãos Rafael e Carlos Camuso, e comerciantes e políticos como Juan Durán, José Vidal e Nicolas de Herrera e Lucas Obes.⁴² Outros comerciantes fortemente envolvidos no comércio trans-imperial de Montevidéu foram Juan Villegas, Juan Antonio Bellastegui e Francisco Martinez. Além disso, o período foi marcado por um aumento do número de comerciantes luso-brasileiros que operavam em Montevidéu, como João Luis Ribeiro, Jorge Ribeiro e Manoel João Ribeiro, Manoel José da Costa e Antonio Pereira. No auge da província cisplatina, as tradicionais elites comerciais de Montevidéu haviam solidificado sua participação no comércio transimperial com o Brasil, e os comerciantes luso-brasileiros encontraram oportunidades para aumentar sua presença comercial no Rio da Prata. Tal momento refletia a ascensão do Rio de Janeiro como o principal porto atlântico articulado para Montevidéu.

A partir de 1817, Montevidéu perdeu a importância como um centro transatlântico para o comércio trans-imperial e assumiu o caráter de um porto regional, ou uma subsidiária do Brasil e de

41 Frega, Ana. *Opus Cit.* 2009. p 19-23.

42 AGNU - Aduana - Libro de Entradas 99.

Buenos Aires. Com o fim do sistema mercantil espanhol, Montevidéu perdeu seu papel de principal porto de escala, transbordo e autorizações burocráticas. Durante o período, no entanto, o Rio de Janeiro aumentou seu papel como o principal porto atlântico em contato com Montevidéu. O Rio de Janeiro não apenas aumentou suas trocas comerciais com Montevidéu, mas também se tornou o principal porto de escala para as embarcações norte-americanas e britânicas a caminho de Montevidéu. O envolvimento de comerciantes de Montevidéu na administração cisplatina contribuiu para o aumento de embarcações luso-brasileiras no movimento portuário de Montevidéu.

A ocupação luso-brasileira em Montevidéu, a Província Cisplatina, e a manutenção das instituições de Antigo Regime, 1817-1822

O projeto monarquista estava intimamente associado à manutenção de redes de comércio trans-imperiais e à manutenção de formas de participação política e instituições do período colonial. O monarquismo representava a continuidade dos antigos princípios de regime de representação nos quais as corporações estavam no centro da vida política e davam segurança e estabilidade às elites proprietárias e envolvidas no comércio trans-atlântico. Além disso, a manutenção de estruturas corporativas de participação política centradas nos *cabildos* impedia a participação popular baseada na cidadania individual que caracterizou projetos revolucionários em outras partes da América espanhola, especificamente em Buenos Aires. O projeto monárquico para a Banda Oriental, no entanto, enfrentou desafios de diferentes grupos de interesse político no contexto volátil de alianças políticas na Banda Oriental e no Rio da Prata.

Para aqueles que apoiavam o projeto monárquico e os benefícios comerciais que ele proporcionava, o principal desafio emanou da Liga Federal de Artigas. Também conhecida como Liga de los Pueblos Libres, a federação de Artigas incluía a Banda Oriental e as provín-

cias de Corrientes, Entre-Ríos, Misiones, Santa Fé e Córdoba. A Liga Federal era uma federação que enfatizava a autonomia e a soberania das províncias e cidades, onde os *cabildos* eram os baluartes do poder local.⁴³ Especificamente, o governo artiguista na Banda Oriental manteve a autonomia das províncias baseadas na *Soberania Particular dos Povos*, um princípio derivado da tradição jurídica espanhola segundo a qual a soberania emanava das comunidades locais (*pueblos*) representados por seus *vecinos* através de um *cabildo*.⁴⁴ Esta definição de soberania derivou dos cânones da lei natural que prevaleciam nas tradições jurídicas ibéricas. O novo elemento do estado federalista de Artigas, no entanto, residia na nova forma de representação popular e no programa radical de redistribuição de terras, beneficiando os “mais infames orientais” às custas da propriedade dos “maus europeus e até dos piores americanos”. Esses elementos marcaram um afastamento das tradições jurídicas coloniais, centrando especificamente o processo político no cidadão individual e não nos órgãos corporativos.⁴⁵

O domínio artiguista em Montevideú desencadeou forte oposição de elites mercantis, que descreveram o estado da Banda Oriental sob Artigas como “anárquico” e “violento”. Segundo o comerciante, político e advogado Lucas Obes, o radicalismo de Artigas era apenas comparável a dos *sansculotes* da França revolucionária.⁴⁶ No início de 1816, as elites mercantis e proprietárias de terras de Montevideú solicitaram a intervenção do Império Luso-Brasileiro contra Artigas. Em janeiro de 1817, tropas Luso-Brasileiras entraram em Montevideo, e o Cabildo da cidade enviou dois delegados à Corte portuguesa no Rio de Janeiro com poderes para negociar incorporação da Banda Oriental ao Império Luso-Brasileiro. Seus principais objetivos eram

43 FREGA, Ana *Opus Cit.* 2007, “Introducción”.

44 Para maiores informações sobre a política de terras e o projeto político artiguista: FREGA, Ana *Opus cit.*, 2007. P. 272-278.

45 FREGA, Ana, *Ibid.* p. 272.

46 Lucas Obes to Francisco Juanico. *Apud* FREGA, Ana. *Ibid.* p 273.

pacificar o país (ou derrotar Artigas) e promover a prosperidade do comércio.

Os representantes do cabildo de Montevideu continham uma lista de instruções com doze artigos para negociar a incorporação da Banda Oriental ao Império Luso-Brasileiro. Seis artigos se referiam a questões relativas à legitimidade dos enviados como representantes de Montevideu e à questão da soberania da Banda Oriental. Dois artigos se referiam ao livre comércio e ao comércio marítimo, um artigo dizia respeito à religião e outros três regulavam a nomeação de homens da terra (*hombres benemeritos*) para supervisionar a administração local e “promover a felicidade geral” da Província.⁴⁷

Outro elemento que deixa claro o do papel central do comércio como eixo central do projeto da Cisplatina é a troca de território ao norte da Banda Oriental por melhorias no farol da Ilha das Flores. O Cabildo de Montevideu propunha a troca de um território a uma milha a norte de Santa Tereza (próxima ao Chuí), seguindo a noroeste até o forte de San Miguel, ao longo da costa da Lagoa Mirim até as cabeceiras do rio Jaguarão.⁴⁸ Tal território seria entregue ao Império Luso-Brasileiro em troca da rápida construção e reforma de estruturas para garantir a segurança da navegação no porto de Montevideu e no Rio da Prata. Um naufrágio na costa de Maldonado que causou a perda de carga e resultou na morte de cinquenta pessoas alguns meses antes foi a justificativa imediata para tal medida. De acordo com o acordo proposto, os direitos patrimoniais e políticos dos *vecinos* estabelecidos no território Oriental deveriam ser respeitados e tanto os fortes de Santa Tereza como de São Miguel devem permanecer sob o controle das autoridades de Montevideu. Para as autoridades cisplatinas, a manutenção das rotas comerciais era o eixo central do projeto político monarquista.

47 “Instrucciones” DEVOTO, Pivel *El Congreso Cisplatino...* 343,344. The other articles included, religion, bureaucratic administration, security in the countryside, and the promotion of general happiness

48 AGNU - Herrera. Comentario Acerca de los Limites de la Provincia de Montevideo e la Capitanía de Rio Grande. 1820.

Além da centralidade do comércio transnacional para o projeto monarquista, é importante examinar os aspectos relativos aos princípios legais que embasavam tal projeto na Banda Oriental. Em primeiro lugar, é importante lembrar que, embora o Cabildo de Montevideu tenha solicitado a intervenção luso-brasileira contra Artigas, a corporação reconheceu os mesmos limites territoriais para a província reivindicada pelo *Gefe de los Orientales*. Além disso, as instruções de anexação foram dadas aos representantes pelo cabildo de Montevideu “em nome de todos os *pueblos*” da Banda Oriental através dos representantes eleitos pelos “cabildos” da sua jurisdição.⁴⁹ Como a historiadora Ana Frega apontou, esta não era uma representação precisa da situação política de Banda Oriental, uma vez que a maioria dos *pueblos* e cabildos do interior eram membros da Liga Federal.⁵⁰

Ao manter os *pueblos* no centro da vida política e como da fonte de soberania, as elites de Montevideu não apenas procuraram manter as tradições legais coloniais, mas também mantiveram os princípios de soberania estipulados pelo projeto político artiguista, ainda que de forma conservadora. Como resultado, a manutenção do princípio de *soberania particular dos pueblos*, representou ponto de conexão entre os princípios de soberania do projeto Cisplatino com o projeto Artiguista, facilitando assim a cooptação de líderes e comunidades rurais.

A questão que se apresenta então é: como a incorporação representaria o fim da anarquia? e por que as elites monarquistas (comerciantes e proprietários de terras) defendiam as mesmas instituições e princípios que o “radical” Artigas esposava? Além disso, como o discurso e os princípios políticos do Cabildo de Montevideu diferiam dos princípios políticos do revolucionários e federalistas Artigas?

49 DEVOTO, Pivel. *El Congreso... Autorizacion a Bianqui y Larrañaga* Montevideo 31 de Enero 1817. 341,342

50 FREGA, Ana. Cidadania e representação em tempos revolucionários: A banda/província oriental, 1810-1820. IN: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana (eds.) *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. P. 59-86.

Embora ambos projetos políticos reconhecessem que a soberania emanava das comunidades, os *pueblos* e seus cabildos, uma diferença significativa e crucial entre os dois regimes residia na forma de participação política dentro dos *pueblos* e cabildos. Uma pista importante aparece na primeira frase da comissão do Cabildo de Montevideu aos delegados do Rio de Janeiro: o Cabildo de Montevideu dera poderes aos representantes em nome de “todos os pueblos da Banda Oriental”, um mandato determinado “pela eleição dos seus representantes”. O princípio de que a soberania emanava de *pueblos* “iguais, mas com diferentes direitos,” e que a primazia da representação se dava por grupos corporativos era fundamental no projeto de integração à monarquia luso-brasileira. Ao enfatizar a eleição de representantes e os direitos das corporações, o projeto monarquista abandonava o princípio da representação proporcional baseado na população para determinar o número de representantes.⁵¹ O retorno às antigas formas de representação corporativas da Cisplatina implicou a desmobilização das massas rurais e a manutenção de práticas restritivas a participação política individual. Assim, a manutenção das instituições políticas do Antigo Regime atraiu o apoio de comerciantes e elites tradicionais, como dois dos líderes políticos mais relevantes de Montevideu no início do século XIX, Lucas Obes e Nicolas de Herrera.

Durante o ano 1816, um debate acalorado acerca de antigas e novas formas de soberania política apareceu na imprensa política no Rio da Prata. A discussão não se dava sobre onde a soberania residia, mas sim sobre como os órgãos soberanos, os cabildos, deveriam votar e conduzir eleições – a questão se dava sobre a questão de participação política dentro do órgão soberano. Nas páginas da *Gazeta de Buenos Aires*, uma polêmica sobre o assunto encapsulou o debate distinguindo entre *cabildos abiertos* e *representantes*, esse debate envolveu os líderes políticos das cidades nas duas margens do Rio da Prata. Os princípios dos *cabildos abiertos* permitia a participação ativa

51 FREGA, Ana. *Ibid*, p 76. A Província também deveria manter sua autonomia jurídica e política como parte do Reino Unido de Portugal, Algarve e Brasil.

de indivíduos e grupos populares, enquanto os defensores dos cabildos de *representantes* advogavam de uma participação restrita a certos indivíduos que seriam os representantes das corporações e do povo.

Os *cabildos abiertos* originariamente eram reuniões extraordinárias dos cabildos hispânicos que congregavam larga parte dos *vecinos* (habitantes com direitos políticos) da comunidade e eram normalmente convocados em momentos de crise política e militar. *Cabildos abiertos* se tornaram populares na região durante as invasões inglesas de 1806 e 1807 e reapareceram com força durante a crise de legitimidade desencadeada pela invasão da Espanha por Napoleão.⁵² A popularização dos *cabildos abiertos* foi um produto de intensa mobilização popular e participação política que caracterizou os estágios iniciais da revolução no Rio da Prata, como exemplificado pelo movimento Buenos Aires de 25 de maio.⁵³ Os *cabildos abiertos* permitiam que um número muito maior de pessoas participasse com direito a voto para eleger lideranças e aprovar resoluções, e mais importante, o número de representantes era baseado no número de indivíduos com direito a voto nos cabildos – assim baseando a representatividade política nos indivíduos, e não em corporações. O sistema de *cabildo abierto* marcava um afastamento da forma regular de cabildo do período colonial. Em cabildos regulares, apenas alguns funcionários eleitos participavam do processo de decisão, o número de representantes era baseado em corporações, não em indivíduos, e o acesso a essas posições refletia um nível de status social elevado dentro da comunidade.⁵⁴

Durante as décadas revolucionárias no Rio da Prata, o governo centralista das Províncias Unidas em Buenos Aires, bem como os monarquistas de Montevideú, apoiaram o sistema representativo. Os monarquistas defendiam um modelo que preservava a liderança po-

52 JOHNSON, Lyman *Workshop of Revolution*. Raleigh: Duke University Press, 2010. p 1-15

53 DI MEGLIO, Gabriel. *Opus Cit.*. p. 3-22.

54 Durante o período colonial eleições para regidores, alcaldes and síndico procuradores eram restritas e reforçavam as o *status quo* colonial. FREGA, Ana. *Opus Cit.* p. 58.

lítica das elites estabelecidas, as *familias benemeritas*, enquanto os partidários da Liga Federal promoviam os cabildos mais heterogêneos e abertos a mais amplos setores da sociedade como o legítimo sistema de governo.⁵⁵

Segundo os defensores do sistema representativo, o *cabildo abierto* permitia o surgimento de demagogos que “inflamavam o povo com discursos” e podiam manipular o voto para atender a seus próprios interesses.⁵⁶ Além disso, os inimigos dos *cabildos abiertos* insistiam que o sistema de representação baseado em indivíduos era falho, porque as pessoas no campo e trabalhadores rurais muitas vezes não podiam se dar ao luxo de deixar seus afazeres cotidianos para participar de deliberações políticas. Portanto, segundo para seus detratores, os *cabildo abiertos* frequentemente sofriam com a falta de quorum, o que colocava em risco a validade das resoluções aprovadas por uma pequena minoria que participava das assembléias. Além disso, o editor da *Gazeta* sugeriu que o comum “paysano” (ou plebeu), era suscetível ao suborno e votaria de acordo com seu próprio interesse, não levando em consideração o bem comum ou geral. O editor da *Gazeta* concluía ainda que: “Não há outra vantagem no sufrágio por representação do que mais tranquilidade, sem muita agitação”, e os “aspectos perigosos da liberdade”, que eram características de *cabildos abiertos*.⁵⁷

O sistema de representantes, em oposição aos *cabildos abiertos*, era um claro retorno às práticas pré-revolucionárias de participação política do velho regime, nas quais o envolvimento no órgão soberano estava restrito às elites locais, os chamados *benemeritos*. Além disso, havia o objetivo claro de desmobilizar populações plebeias ur-

55 *Gazeta de Buenos Aires* Viernes, Junio 5 1816. Ainda que as discussões tenham aparecido e sido publicadas na *Gazeta de Buenos Aires*, os tópicos e exemplos debatidos, e os autores, e os pueblos em questão eram de ambas margens do Rio da Prata e incluindo províncias como Santa Fe, Entre Rios, e Corrientes.

56 *Gazeta...*, Sabado, 16 de Junio, 1816.

57 *Gazeta...*, Viernes, 5 de Julio de 1816.

banas e rurais. O sistema de representantes era visto como um antídoto eficaz para a anarquia e a desordem.

Nos anos seguintes, o governo luso-brasileiro consolidou o controle da Banda Oriental. Liderado pelo experiente Federico Lecor, o Barão de Laguna, o governo luso-brasileiro colecionou vitórias militares e adotou uma estratégia bem-sucedida para cooptar líderes artiguistas (muitas vezes reconhecendo os títulos de propriedade outorgados por oficiais artiguistas em troca de fidelidade ao Império). Cada capitulação foi formalizada pela adesão do respectivo *cabildo* ao Império Luso-Brasileiro. Em 1819, os termos da incorporação de Canelones revelavam um compromisso com os princípios da *Soberania Particular de los Pueblos*, com direitos “iguais mas diferentes” característicos das sociedades do Antigo Regime Ibérico, mantendo “todos os *fueros* e privilégios aos pueblos do distrito e às corporações”.⁵⁸ Após a vitória final contra as tropas de Artigas em 1820, a administração luso-brasileira incorporou parte dos líderes derrotados, enquanto aqueles que se recusaram a cooperar com o projeto da Cisplatina foram presos e enviados ao Rio de Janeiro.⁵⁹ Ao final de 1820, as autoridades luso-brasileiras convocaram um Congresso Geral Extraordinário para que se decidisse o futuro da Banda Oriental como uma entidade política.

Para o Congresso Extraordinário de 1821, todos os *cabildos* da Província deviam enviar representantes para decidir sobre a anexação da Província ao Império Luso-Brasileiro sob o nome de Província da Cisplatina (alias Oriental). No Congresso, apesar da intensa pressão de algumas autoridades para incorporar a Província dentro da monarquia portuguesa, os discursos dos representantes mostraram que a “Assembléia Soberana” tinha diferentes opções acerca do tipo de estado iriam consituir. Segundo o representante Bianqui, a

58 *Gazeta...*, 1820 Enero 12 “Se les guardaran a los pueblos del distrito todos sus *fueros* y privilegios.”

59 O mais importante caudilho a ser cooptado pela administração Cisplatina foir Frutuoso Rivera. Outros ex-líderes artiguistas como Fernando Otorgues e Juan Antonio Lavalleja foram presos e enviados ao Rio de Janeiro.

Província Oriental deveria se tornar uma nação independente ou se juntar a uma nação já existente: “estas são as alternativas que as circunstâncias permitem; Devemos ponderar se Montevideu e seu interior podem se tornar uma nação e manter sua Independência, ou, se não puder, a que nação seria mais lucrativa juntar-se e qual ofereceria menos perigos”.⁶⁰

Os representantes dos pueblos da Banda Oriental votaram pela anexação da província ao Império Luso-Brasileiro no mesmo dia. As condições da incorporação elaboradas pelo Congresso foram semelhantes a proposta de anexação de 1817. Os vinte e um artigos elaborados pelo representante Dámaso Larrañaga reforçavam a manutenção de “privilégios, isenções, *fueros*, costumes, títulos e prerrogativas” a todos *Pueblos* e ao mesmo tempo garantia o livre comércio.⁶¹ A Província Cisplatina enviaria representantes a Corte do Rio de Janeiro e um *Síndico Procurador*, que seria nomeado para representar o interesse das corporações e cabildos da Banda Oriental perante o governo provincial. Além disso, as autoridades civis e militares deviam ser nomeadas por autoridades locais, e nenhuma tributação adicional ou extraordinária poderia ser imposta pelo Império. Idioma, território e as “leis da terra” deveriam ser mantidas como estavam baixo domínio espanhol. O retorno à monarquia através da incorporação ao Império brasileiro significou a manutenção do *status quo* colonial e a neutralização de uma revolução social com forte participação popular.

A incorporação da Província Cisplatina ao Império Luso-Brasileiro, no entanto, enfrentou desafios insuperáveis que se desenrolaram também em outras regiões do Atlântico. Em 1821, o Movimento Constitucionalista do Porto, em Portugal, promulgou uma nova constituição que visava frear o poder do rei português e exigia a sua volta do Rio para Lisboa. Como consequência, o rei D.

60 Invasão e Anexação da Banda Oriental -. Lata 194 Maços 1 e 2. 1816-1821. Arquivo Histórico do Itamaraty.

61 Arquivo Historico do Itamaraty Invasão e Anexação da Banda Oriental -. Lata 194 Maços 1 e 2. 1816-1821.

João VI retornou a Portugal, mas o príncipe regente Pedro permaneceu no Brasil. As tensões entre facções portuguesas e brasileiras culminaram em 1822, com a recusa do Príncipe Regente de regressar a Portugal e a posterior independência do Brasil. Essa crise provocou uma profunda divisão entre as tropas luso-brasileiras que ocupavam a Banda Oriental. Em 1822, 3.000 soldados fiéis a Portugal rebelaram-se contra o governo de Carlos Frederico Lecor, o Barão de Laguna (1816-1825), invadiram Montevidéu e expulsaram as autoridades provinciais da capital.⁶² A guerra civil luso-brasileira na Banda Oriental entre as tropas leais a Lisboa e as leais ao Rio teve conseqüências calamitosas para o projeto político monarquista.

Devido ao conflito militar em Montevidéu, a implementação do governo cisplatino de acordo com as estipulações do Congresso Extraordinário foi adiada. Em agosto de 1822, Nicolas de Herrera, Secretário da Província, expressou suas preocupações a Lucas Obes, representante da Província no Rio de Janeiro. Segundo Herrera, era urgente acabar com o regime militar na província e estabelecer o ramo civil do governo. Herrera também foi enfático sobre a necessidade de ouvir representantes de *pueblos* no governo provincial. Mesmo que a criação de um órgão burocrático regular não fosse possível no momento, “se os Pueblos e Cabildos elegessem representantes para uma *Junta*”, o órgão representativo criaria condições políticas viáveis porque “os *pueblos* receberiam com menos insatisfação as dificuldades de uma nova guerra.”⁶³ Herrera estava sendo bastante franco ao relatar as “doenças e vícios” que afetavam o projeto da Cisplatina, e ele foi inflexível sobre a necessidade de “convencer os Pueblos de que eles não estão sendo governados por um governo militar”. O agravamento da situação política foi acelerado pelo declínio do comércio marítimo.

Devido ao controle do porto de Montevidéu pelos Voluntarios Reais contrários a independência do Brasil, o comércio marítimo

62 FERREIRA, Fabio, Opus. Cit. .

63 AGNU - Nicolas de Herrera a Lucas Obes. 10 Ago 1822 - Lucas Obes Cj 16 Carpeta 02.

foi praticamente paralisado. O conflito militar causou uma forte redução no comércio de longa distância, uma situação que levou as autoridades da Cisplatina a abrir os portos de Colonia e Maldonado aos navios transatlânticos, numa tentativa de contornar o porto de Montevideu. O comércio marítimo em Montevideu estava restrito ao comércio de curta distância e ao fornecimento de suprimentos. Ao final de 1822, Nicolas de Herrera admitia que a situação apresentava sérios riscos para a manutenção da Banda Oriental como parte do Império brasileiro. Segundo ele, “não há comércio nem estabilidade”, e a “receita da alfândega é fraca devido ao baixo volume de comércio que gera incerteza e desconforto entre as pessoas”.⁶⁴ Os principais pilares do projeto cisplatina - as interpretações conservadoras da Soberania Particular dos *Pueblos* e do comércio trans-imperial - foram postos em risco.

Nos anos seguintes, a guerra civil luso-brasileira continuou com intensidade. As forças brasileiras só puderam voltar a entrar em Montevideu em 1824, mas, até então, o projeto da Cisplatina havia perdido o apoio entre os principais comerciantes e líderes políticos da cidade, bem como entre os grupos populares urbanos. Alguns meses depois, em 1825, um grupo de caudilhos invadiu a Banda Oriental com o apoio de Buenos Aires para acabar com o domínio brasileiro. De 1825 a 1828, as Províncias Unidas e o Império Brasileiro lutaram pelo território. O armistício de 1828, mediado pela Grã-Bretanha, estipulou a criação da República Oriental do Uruguai como um país independente.

Conclusão

A crise de legitimidade na Espanha provocou diferentes reações em diferentes regiões da América espanhola. Em várias regiões periféricas dentro do sistema comercial espanhol, como em Nova Granada e no Rio da Prata, surgiram projetos políticos em apoio à au-

64 AGNU - Nicolas de Herrera a Lucas Obes. 28 Oct 1822 - Lucas Obes. Cj 16 Carpeta 02.

tonomia política e ao livre comércio. No entanto, um olhar mais atento aos padrões de comércio dos bastiões monarquistas mostra que o comércio com estrangeiros e a redefinição do comércio legal e ilegal não estavam necessariamente ligados a apenas a projetos revolucionários. Este artigo buscou evidenciar a importância da manutenção das redes de comércio trans-imperial com o Brasil e comerciantes de outras potências do Atlântico Norte no processo de independência da Banda Oriental.

Durante a década de 1810, Montevidéu tornou-se um bastião monarquista, inicialmente mantendo-se leal a Fernando VII e posteriormente ingressando no Império Luso-Brasileiro. O apoio das elites aos projetos monarquistas em Montevidéu estava também diretamente ligado à manutenção dos velhos princípios políticos de antigo regime que mantinham o *status quo* colonial. Os projetos monárquicos defendidos pelas elites de Montevidéu protegiam interesses econômicos de grupos ligados a redes transatlânticas e mantinham o antigo princípio de regime de *Soberania Particular de los Pueblos*, que se centrava a soberania e participação política nos *Cabildos* e seus representantes. Os projetos monarquistas de Montevidéu visavam a um contraponto os projetos políticos revolucionários baseados na ampla participação popular como os experimentos de Buenos Aires ou de Artigas.

O movimento portuário de Montevideo durante o período independentista foi marcado por dois fases distintas: num primeiro momento, na primeira metade da década de 1810, o porto Montevideano experienciou um aumento da presença de embarcações luso-brasileiras, inglesas e estadunidenses. Tal movimento naval deixa clara a conexão entre o projeto de manutenção da monarquia espanhola com a manutenção dos padrões de comércio colonial. O período iniciado com a invasão portuguesa marca uma dinâmica diferenciada, aonde ainda que haja a manutenção da presença de embarcações estrangeiras, o movimento naval de Montevidéu ganha contornos eminentemente regionais, com o predomínio da navegação de cabotagem, e a hegemonia do Rio de Janeiro como grande parceiro comercial. Ainda que embarcações norte-americanas e inglesas continuem a

aparecer em grande numero, estas aperecem sempre a camine de, ou retirnade de Buenos Aires. Dessa forma, o período cisplatino marcou uma mudança qualitativa no movimento portuário de Montevideo, ainda que assegurando a predominância econômica e política das tradicionais elites comerciais e políticas.

Em Montevideu e na Banda Oriental, os projetos monarquistas representaram os interesses das elites comerciais formadas no período colonial. Lealdade à Espanha e anexação ao Império Luso-Brasileiro foram tentativas de manter o controle do comércio transatlântico e a estabilidade institucional colonial - uma tentativa de adiar o impacto das mudanças revolucionárias que estavam transformando os ideais de sobrenia e participação política no mundo atlântico. A ênfase das elites de Montevideo em projetos lealistas e de anexação ao Império Luso-Brasileiro foram tentativas de expandir o comércio trans-atlântico sem alterar as estruturas comerciais e de poder político herdadas do período colonial.

Bibliografia

- ADELMAN, Jeremy. *Sovereignty and Revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- BENTANCUR, Arturo. *El Puerto Colonial de Montevideo*. Montevideo: Facultad de Humanidades, Vol. II, 1999.
- BETHEL, Leslie (ed.) *The Independence of Latin America* Cambridge University Press, 1987. FISHER, John. Commerce and Imperial Decline: Spanish Trade with Spanish America 1797-1820 *Journal of Latin American Studies* V. 30. 1998. P 459-479.
- CAPILLA DE CASTELLANOS, Aurora *Historia del consulado de Montevideo*. Vol. I. Montevideo.
- CARDIM, Pedro, HERZOG, Tamar, RUIZ IBANEZ, Jose Javier, SABATINI, Gaetano. *Policentric Monarchies*. Sussex: Sussex Academic Press. 2012.
- DIMEGLIO, Gabriel. *Viva el Bajo Pueblo!* Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.
- ECHEVERRI, Marcela. "Popular Royalists, Empire and Politics in Southwestern New Granada". *Hispanic American Historical Review*, 2011, Vo-

lume 91, Number 2: p 237-269.

- ELLIOT, J.H. *Empires of the Atlantic World*. New Haven: Yale University Press, 2006.
- FERREIRA, Fabio. O General Lecor, os Voluntarios Reais, e o conflitos pela Independencia do Brasil na Cisplatina: 1822-1824. Tese Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2012.
- FERREIRA, Pablo. La guerra de independencia espanola, los ‘empecinados’ y el Montevideo leal, 1808-1814 *Pasado Abierto Revista del DEHis*, 4, Jul.-Dec., 2016.
- FRADKIN, Raul, DIMEGLIO, Gabriel. *Hacer política: la participacion popular en el siglo XIX rioplatense*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.
- FREGA, Ana (ed.). *Historia Regional e Independencia del Uruguay*. Montevideo: EBO, 2009.
- FREGA, Ana. Cidadania e representacao em tempos revolucionarios: A banda/provincia oriental, 1810-1820. IN: CARVALHO, Jose Murilo de; CAMPOS, Adriana (eds.) *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 2011.
- HOOD, Samuel. *El Consul en Montevideo*. Montevideo: Facultad de Humanidades, 1999.
- JOHNSON, Lyman *Workshop of Revolution*. Raleigh: Duke University Press, 2010.
- KINSBRUNER, Jay *Independence in Spanish America* Albuquerque: U. New Mexico Press, 2000.
- LYNCH, John. *Latin American revolutions, 1808-1826 : Old and New World origins*. Norman : University of Oklahoma Press, 1994.
- PAZ, Gustavo “Guerra y patria en el norte rioplatense: Jujuy en 1812” *Humanidades: revista de la Universidad de Montevideo XIII* (2012) pp 71-96;
- PIMENTA, João Paulo “Portugueses, americanos, brasileiros: identidades politicas na crise do Antigo Regime luso-americano”. *Almanack Brasiliense*, No. 3, 2006, p.69-80.
- PIMENTA, Joao Paulo. *Com Olhos na America Espanhola: a Independencia do Brasil (1808-1822)*. Cadernos do CHDD Fundacao Alexandre de Gusmao, Centro de Historia e Documentacao Diplomatica. – Ano IV, Numero Especial. – Brasilia, DF : Fundacao Alexandre de Gusmao, 2005. p. 3-23.

POMPEIAN, Edward. *Hermanos americanos y amigos republicanos: redes de intercambio entre Venezuela y los Estados Unidos, 1797-1815*. IN: *La Primera República de Venezuela: reflexiones en su bicentenario, 1811-2011*. Caracas: Fundación Konrad Adenauer y la Universidad Católica Andrés Bello, 2012. pp 167-79.

PRADO, Fabricio. *Edge of Empire: Atlantic Networks and Revolution in Bourbon Rio de la Plata*. Oakland: University of California Press, 2015.

STREET, John. *Artigas and the Emancipation of Uruguay*. Cambridge: Cambridge University Press, 1959).

WHITAKER, Arthur P. *The United States and the Independence of Latin America, 1800-1830*. New York: W.W. Norton, 1964.

*Dossiê Rio de Janeiro e a Cidade Global:
Histórias comparadas de cidades na Era Moderna da Globalização*

Recebido em: 20/02/2019 – Aprovado em: 11/02/2020